



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 15 463/2007

Por despacho do Presidente da Assembleia da República de 25 de Junho de 2007, foi a licenciada Cristina Isabel Gonçalves Ferreira nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de chefe de divisão de Relações Internacionais da Assembleia da República, com efeitos a 29 de Março de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Louvor n.º 355/2007

O juiz de direito Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira foi, em 21 de Março de 2007, designado delegado da Comissão Nacional de Eleições para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira que decorreu no passado dia 6 de Maio.

Ao longo de todo o processo eleitoral o juiz Dr. Paulo Barreto, em respeito absoluto pelo seu código ético e deontológico, revelou elevada competência, independência, empenho, zelo, sentido de responsabilidade e assinalável bom senso no exercício das funções que lhe foram delegadas.

Por estes motivos e pelo contributo inestimável que deu no processo de eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

entende a Comissão Nacional de Eleições prestar público louvor ao juiz Dr. Paulo Duarte Barreto Ferreira.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *João Carlos de Barros Caldeira*.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 15 464/2007

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 42.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, alterada pela Lei n.º 30/96, de 14 de Agosto, do n.º 6 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de Junho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para prestar as funções de motorista do meu Gabinete Vasco António Machado dos Santos, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com efeitos a partir de 2 de Julho.

O nomeado auferirá a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 249 da escala salarial do regime da função pública, sendo atualizável de harmonia com os aumentos estabelecidos para esta última.

Serão igualmente atribuídos ao nomeado subsídios de refeição, de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

14 de Junho de 2007. — O Provedor de Justiça, *H. Nascimento Rodrigues*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 15 465/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 9.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, com a redacção do Decreto-Lei n.º 240/2007, de 21 de Junho, e no n.º 1 do artigo 19.º da Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, com a redacção da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro, delego no secretário-geral do SIRP, Dr. Júlio Alberto Carneiro Pereira, as competências que me são atribuídas:

1) Pela mesma lei quadro, exceptuando as constantes dos artigos 17.º, 18.º, n.º 2 do artigo 23.º, n.º 4 do artigo 32.º e n.º 2 do artigo 33.º desse diploma;

2) Pelos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 4.º, n.º 1 do artigo 15.º, n.º 6 do artigo 27.º, n.º 3 do artigo 35.º, n.º 2 do artigo 43.º, artigo 44.º, n.º 7 do artigo 49.º, n.º 6 do artigo 50.º, n.ºs 5 e 7 do artigo 53.º, n.º 2 do artigo 54.º e n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro;

3) Para praticar actos relativos à contratação de pessoal para o Gabinete do Secretário-Geral, o SIED, o SIS e respectivas estruturas comuns, designadamente:

a) Os previstos nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação;
b) Os previstos nos n.ºs 5 e 6 do artigo 121.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

4) Pela legislação relativa aos assuntos correntes da Administração Pública, no âmbito dos serviços e organismos sob a direcção, supe-

rintendência ou coordenação do secretário-geral do SIRP, salvo as competências que me são atribuídas pelo regime jurídico de realização de despesas públicas e de contratação pública; os poderes referidos neste número poderão ser subdelegados no chefe de gabinete e nos directores do SIED e SIS, no âmbito dos respectivos serviços.

Fica revogado o despacho n.º 15 579/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Julho de 2005.

29 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução n.º 33/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 57.º da Lei da Liberdade Religiosa e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 308/2003, de 10 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2007, de 28 de Maio, cabe ao Conselho de Ministros designar o presidente da Comissão da Liberdade Religiosa.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Designar o Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares para o cargo de presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 308/2003, de 10 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2007, de 28 de Maio.

2 — A presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

28 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.